



EIXO TEMÁTICO:

- Ambiente e Sustentabilidade Crítica, Documentação e Reflexão Espaço Público e Cidadania
 Habitação e Direito à Cidade Infraestrutura e Mobilidade Novos processos e novas tecnologias
 Patrimônio, Cultura e Identidade

Urbanidade para os Bilhões

Urbanity for the Billions

*3rd Symposium of the Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação
em Arquitetura e Urbanismo – III ENANPARQ*

FELDMANN, Andréa¹
CASTELLO, Iára Regina²

¹ Mestranda, UNIRITTER/Mackenzie, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. andreafeldmann@terra.com.br

² Professor Titular, UFRGS, pesquisador Observatório das Metrôpoles, icastello@terra.com.br

Convivialidade nas Praças

Conviviality in Public Squares

La Convivencia en las Plazas

RESUMO

Esse trabalho propõe uma reflexão sobre o significado das praças na contemporaneidade da urbanização. O estudo concentra-se nas praças originadas a partir do crescimento da malha urbana da cidade de Porto Alegre. Muitos destes espaços não configuram lugares de convívio, de trocas entre as pessoas afastando-se da simbologia original do encontro das praças centrais. Neste estudo serão abordadas duas categorias de praças originadas a partir dos primeiros momentos de crescimento da cidade orientados pelos Planos Diretores, a praça-autista e praça-pátio. A partir de uma categorização não-convencional percebida de praças, resultante da associação das diretrizes urbanísticas com as transformações ocorridas nas práticas sociais, alinhadas ao espaço em questão, o estudo busca aproximar-se de novos paradigmas que conduzam a inserção destes espaços no cotidiano das pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: praças, planos diretores, convívio, espaço público

ABSTRACT

This paper proposes a reflection on the meaning of the squares in contemporary urbanization. The study focuses on the squares arising from the growth of the urban fabric of the city of Porto Alegre. Many of these spaces do not constitute places of conviviality, exchanges between people away from the original symbolism of the meeting of the central squares. This study will address two categories of squares arising from the first moments of growth of the city guided by the Master Plan, the autistic- square and courtyard- square. From an unconventional perceived categorization of squares resulting from the association with the guidelines of the urban transformations in the social practices, aligned to the space in question, the study seeks to approximate the new paradigms leading to the insertion of these spaces in the daily people.

KEYWORDS: squares, master plans, familiarity, public space

RESUMEN

En este trabajo se propone una reflexión sobre el significado de las plazas en la urbanización contemporánea. El estudio se centra en las plazas derivadas del crecimiento de la trama urbana de la ciudad de Porto Alegre. Muchos de estos espacios no constituyen lugares de convivencia, el intercambio entre personas fuera de la simbología original de la reunión de las plazas centrales. Este estudio abordará dos categorías de las plazas resultantes de los primeros momentos de crecimiento de la ciudad guiado por el 'Master Plan', la plaza autista y la plaza patio. Desde esta categorización no convencional percibida de las plazas, resultante de la asociación con las directrices de las transformaciones urbanas en las prácticas sociales, en consonancia con el espacio de que se trate, el estudio tiene por objeto aproximar los nuevos paradigmas que conducen a la inserción de estos espacios en el diario personas.

PALABRAS CLAVE: plazas, planes maestros, la socialización, el espacio público

1 INTRODUÇÃO

A observação da trajetória das praças na conformação e expansão da cidade conduz a questionamentos e inerente inquietação sobre o seu significado no atual cenário contemporâneo das cidades. Estes espaços que perseveraram no contexto urbano tornaram-se alternadamente, indicadores de urbanidade e reveladores da não apropriação ocorrida em muitas praças. Estas praças diferem essencialmente das praças centrais da cidade. A imponente presença dos poderes cívico, religioso e o comércio definiam as características formais da praça central, testemunhando as práticas sociais que ali se desenvolviam. Estes espaços organizavam a malha urbana e a vida em comunidade. O reconhecimento destes espaços que concentravam em si uma estrutura centralizada e hierarquizada como lugares de expressão das dinâmicas sociais, não garante sua permanência e estabilidade representando o que fez sentido para sociedade de uma época. A urbanização de múltiplos loteamentos e seus respectivos percentuais destinados a espaços abertos, desencadeou a criação de inúmeras praças. Este percurso efetivado pela urbanização organizada por diretrizes, somado às mutações ocorridas nas práticas sociais resultou em muitos espaços que não expressam a vida comunitária em terreno urbano. A homogeneização e funcionalidade da cidade moderna do século XX assegurados por normas, planos e consequente controle do espaço, modifica a relação entre estrutura física e social da cidade. As dualidades centro-periferia e público-privado acentuam-se ao não concentrar-se na escala humana com suas incontáveis gradações e necessidades. Neste contexto, as praças acompanham o crescimento da cidade deparando-se com novos paradigmas, perpassando bairros, edificações e distintas características sociais, econômicas e culturais tornando-se uma parcela jurídica da organização privada do solo. Desta forma a significativa representatividade da praça no urbanismo reunindo no seu espaço o planejamento, ações políticas, práticas sociais, associada à sua permanência no cenário urbano, possivelmente possa contribuir para indicar possibilidades de equilíbrio entre o quadro construído e as dinâmicas sociais da cidade. Este equilíbrio pode ser entendido como urbanidade, como define Lineu Castello:

A urbanidade é uma qualidade típica e única do ambiente construído pelo ser humano. É nosso entendimento que a urbanidade é a qualificação vinculada à dinâmica das experiências existenciais conferidas às pessoas pelo uso que fazem do ambiente urbano público, através da capacidade de intercâmbio e de comunicação de que está imbuído esse ambiente. (CASTELLO, 2007, p. 29).

A busca por qualidade urbana implica novos conceitos e consequentes novas formas de pensar alicerçadas não somente na compreensão da nova sociedade, mas fundamentalmente reside em fazer sentido, dissipando o conhecimento mecânico alinhado à funcionalidade, transcendendo o tradicional e o moderno, objetivando descobertas de possibilidades que possam aproximar a cidade das pessoas. Como explica Phillipe Panerai: “continuaremos a chamá-la, como sempre, de cidade, pois estamos convencidos de que essa cidade não é menos urbana que aquela do passado, apenas a sua urbanidade é que é de outra ordem”. (PANERAI, 2006 p. 14).

2 CATEGORIAS DE PRAÇAS

O espaço destinado às praças na cidade de Porto Alegre passa a ter seus contornos definidos por diretrizes urbanísticas a partir do século XX. Inseridas em novos contextos, muitas praças não se afirmaram como lugares de urbanidade. Para melhor compreensão destes espaços, foi feita uma associação dos Planos Diretores com as transformações ocorridas nas dinâmicas sociais, alinhadas ao espaço em questão, o que resultou em uma categorização não-convencional percebida de praças. Aqui serão comentadas duas categorias: a **praça-autista** e a **praça-pátio**, originadas no início e meados do século XX, respectivamente.

Praça-autista



Porto Alegre ultrapassou a marca dos cem mil habitantes em 1910. A imagem em movimento proporcionada pelo cinema ocorre em paralelo com a presença do automóvel, novos símbolos da modernidade. E a contemplação da cidade como espetáculo altera sua percepção, como explica Philippe Panerai: “A análise pitoresca procede de outro ponto de vista: o observador está na cidade, que se lhe apresenta como uma sequência de quadros. A cidade não é mais apreendida a partir de um ponto fixo (...), mas pelo deslocamento.” (PANERAI, 2006, p. 25). A área central da cidade torna-se um cenário onde se desenvolvem hábitos, costumes e forte representação cultural. Havia necessidade de um novo cenário urbano que ambientasse esse novo momento. Neste contexto foi elaborado pelo arquiteto João Moreira Maciel, na administração de José Montaury, o *Plano Geral de Melhoramentos* (1914). O Plano, de caráter abrangente, conciliava concepções estéticas com o crescimento da cidade e ênfase no saneamento. Sob forte hegemonia positivista e o lema “Melhorar, conservando”, a modernização se efetivaria na organização do crescimento da cidade com a criação de vias ligando o centro à periferia. Com a implantação de novas vias, antigos largos ganharam contornos definidos e áreas remanescentes de desapropriações transformaram-se em praças que receberam equipamentos (bancos, fontes, monumentos) e foram arborizadas. Para melhor explicar a relação desenvolvida entre algumas praças deste período com seu entorno imediato, recorreu-se a um termo usado para expressar uma característica relacionada ao comportamento humano. A palavra “autismo” deriva do grego “autos”, que significa “voltar-se para si mesmo”. Em 1943, o autismo foi conceituado pela primeira vez por Leo Kanner, como uma doença da linha das psicoses, caracterizada por isolamento extremo. Entende-se por autismo uma disfunção global do desenvolvimento alterando a capacidade de comunicação do indivíduo, de socialização e de comportamento (responder apropriadamente ao ambiente- segundo normas que regulam essas respostas). Para compreender a maneira de uma criança portadora do Transtorno de Espectro Autista pensar, sentir e se comportar foi usada uma analogia

com um lugar (país): “... Imagine chegar em um país onde você não entende a língua e não conhece os costumes – e ninguém entende o que você quer ou precisa. Você, na tentativa de se organizar e entender esse ambiente, provavelmente apresentará comportamentos que os nativos acharão estranhos...” (citação retirada do Manual de Treinamento ABA – Help us learn – Ajude-nos a aprender). Desta forma estabelece-se um mútuo empréstimo de áreas distintas para ilustrar o pensamento. A escolha por uma disfunção comportamental difere das analogias anatômicas, ligadas diretamente ao organismo, a parte física, numa tentativa de aproximação com as diferentes mutações decorrentes da vida em sociedade ambientadas na cidade. Como se, no caminho percorrido entre forma e função, despontasse com vigor, um terceiro componente a ser apreciado, a sensação. No primeiro momento de crescimento da cidade, quando o centro expande seus perímetros, novas praças começam a surgir em novos contextos e com diferentes características formais. Deixam de ser o princípio da urbanização e passam a ser apenas parcelas estruturadoras da malha urbana. A posição nuclear da praça central não se repete nas múltiplas praças que somente acompanham o desenvolvimento da urbanização. Momento em que a praça não reconhece seu entorno como sendo aquele que a caracteriza, contornada pelos poderes religioso, público e comércio. Localizadas em outros bairros, os paradigmas que cercam as novas praças são outros, afastando-a de sua simbologia original. E, não estabelecendo um diálogo com seu entorno imediato, o espaço originário da mutação urbana passa a não ser vivenciado, decorrendo daí a perda da urbanidade, a não apropriação e experimentação dos espaços destinados ao convívio.

A Praça Júlio de Castilhos, situada no bairro Independência, ilustra esta categoria. A escolha desta praça justifica-se por sua localização emblemática contígua ao centro, porém pertencente a outro bairro, demarcando o primeiro momento de afastamento do núcleo central, ambiente das praças centrais. A praça de pequenas dimensões, foi ajardinada na administração de José Montauray, e até hoje permanece com as mesmas características originais. Considerando seu período de existência, a praça presenciou o processo de substituição dos lotes por edifícios de maior altura, bem como a intensificação do tráfego nas ruas do seu entorno.

Figura 1: Praça Júlio de Castilhos, Porto Alegre.



Fonte: Autora, 2014.

Figura 2: Praça Júlio de Castilhos, Porto Alegre.



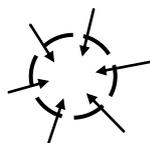
Fonte: Autora, 2014.

Figura 3: Praça Júlio de Castilhos, Porto Alegre.



Fonte: Autora, 2014.

Praça-pátio



Ao longo dos anos 40, o perfil da cidade mudava rápido sob a pressão do crescimento e o explosivo aumento populacional, quando passou dos 350 mil habitantes. O aumento populacional e o início da verticalização sinalizavam a necessidade de um planejamento da cidade. O momento exigia rápidas atitudes no planejamento das zonas residenciais em expansão, o que implicava a concepção de soluções em grande escala. O *Plano Diretor de Porto Alegre* de 1959 (Lei 2046/59), abrangeu a área mais densificada e carente de regulamentação. Seus limites coincidiam com o que hoje define a Terceira Perimetral. Foi adotado um sistema de zoneamento de uso do solo, especificando áreas residenciais, comerciais e industriais cuja base ideológica buscava referência na Carta de Atenas (1933). Foram criados índices para as edificações, os limites da área a construir, da ocupação do lote e a altura máxima. Institucionalizaram-se regras para recuos de frente e de fundos, assim como afastamentos laterais. Em cada bairro, onde houvesse carência de escolas ou praças, ficou previsto o bloqueio de áreas a serem desapropriadas pela Prefeitura para este fim. Os anos 50 caracterizaram-se pela construção de altos edifícios no centro e, conforme Menegat,

por um elevado índice de urbanização de áreas verdes: mais de seis dezenas de praças foram construídas neste período. A densificação da cidade e a extensão da ocupação urbana sobre as antigas áreas rurais tornaram mais escassos os espaços utilizados para recreação ativa. Em decorrência, diversas praças como a Praça da Matriz, da Alfândega, Daltro Filho e Otávio Rocha, sofreram adaptações que permitiram a inserção de equipamentos de recreação infantil, e os novos projetos passaram a incluir equipamentos esportivos. (MENEGAT, 1998).



O Plano Diretor de 1959, destinou 10% da área total dos loteamentos à implantação de praças. A partir da década de 1940, com a intensificação do processo de verticalização no centro da cidade e bairro Independência, muitas famílias procuraram áreas mais afastadas para moradia desencadeando a ocupação de outros bairros.

O rápido crescimento da cidade e o aumento populacional, combinados com o início do processo de verticalização, além do zoneamento do uso do solo, instaurou uma nova forma de viver. A casa isolada, com vizinhança conhecida, deixou de ser a principal forma de morar e se relacionar. De certa forma esta “carência” foi percebida no planejamento urbano que instalou equipamentos infantis e esportivos nas praças, oferecendo assim, um pátio coletivo para suprir a verticalização do lote. Ainda hoje, as praças frequentadas têm este propósito e localização. A associação de algumas praças com atividades de recreação infantil e práticas esportivas recria a ideia de intimidade e convívio dos pátios das casas de um passado não muito distante. O pátio público permite trocas diversas e abrangentes enriquecendo a experiência coletiva. Estes espaços permanecem na cidade e são reproduzidos em bairros distintos concentrando em si as mesmas características e consolidando-se como lugares de convivialidade.

A Praça Japão (Lei nº 2600 de 31/10/1963), localizada no bairro Boa Vista, representa aqui esta categoria. A praça reúne no seu espaço equipamentos de recreação infantil dispostos em área arborizada. A oferta de equipamentos e o fácil acesso estimulam a permanência das pessoas neste espaço, alçando-o à condição de lugar. Conforme definição de Lineu Castello, “*lugar* é um conceito entendido em seu sentido de denotar uma qualificação que se atribui a um espaço através da *percepção* de suas potencialidades, objetivas e subjetivas (físicas e psicológicas) para a realização de experiências existenciais.” (CASTELLO, 2007, p.116).

Figura 4: Praça Japão, Bairro Boa Vista, Porto Alegre.



Fonte: Autora, 2014.

Figura 5: Praça Japão, Bairro Boa Vista, Porto Alegre.



Fonte: Autora, 2014.

Figura 6: Praça Japão, Bairro Boa Vista, Porto Alegre.



Fonte: Autora, 2014.

Estas categorias de praças, entendidas aqui como originadas em períodos específicos, têm sua permanência assegurada por outras praças com as mesmas características surgidas em momentos posteriores. Conforme Kevin Lynch,

Uma cidade é uma organização mutável e polivalente, um espaço com muitas funções, erguido por muitas mãos num período de tempo relativamente rápido. A especialização completa e o entrelaçamento definitivo são improváveis e indesejáveis. A forma deve ser de algum modo descompromissada e adaptável aos objetivos e às percepções de seus cidadãos. (LYNCH, 2011, p.101).

A definição do espaço urbano construído elaborada por Kevin Lynch acolhe a releitura de espaços adaptando-os às novas culturas desenvolvidas pela sociedade. Os espaços destinados às praças não frequentadas encerram em si uma urbanidade latente. São espaços imbuídos da simbologia do encontro, do exercício da cidadania que permanecem em território urbano alheios às transformações sociais, tecnológicas, culturais que se efetivam em ritmo acelerado, impondo à sociedade um dinamismo sem precedentes. Desta forma, suavizar o descompasso entre sociedade e espaço público implica a observação simultânea do espaço e das percepções que o cercam. Somando grande área urbana, estas praças distribuídas em diferentes bairros podem constituir indicativos de novos significados e conseqüente redescoberta da vida comunitária em espaço urbano. Sem encerrar a questão no espaço físico, considera-se que o mesmo ambiente desperta inúmeras percepções a partir da interpretação individual. Do ponto de vista psicológico ou cognitivo, a percepção envolve também os processos mentais, a memória e outros aspectos que podem influenciar na interpretação dos dados percebidos. Como explica Lineu Castello: “De fato, a expressão “ver” incorpora tanto o sentido óptico da visão, quanto o sentido de cognição, de compreensão sobre um fenômeno: perceber com a visão e conhecer com a compreensão. A percepção, além disso, contribui para o processo que leva os indivíduos a adotarem determinados comportamentos frente aos fenômenos que estão a ocorrer em seus espaços de entorno”. (2007, p. 130).

Tratando-se de uma sociedade altamente individualizada e urbanizada, as percepções e sensações multiplicam-se no ambiente urbano. Possivelmente deriva daí mais uma variável relevante na equação da organização da cidade: responder adequadamente às mais diversas aspirações e necessidades da sociedade atual. Tal qual a diversidade da sociedade, as respostas do ambiente construído possivelmente deverão diversificar-se.

Sobre a diversificação dos interesses individuais e coletivos e consequente redefinição das relações entre interesses individuais, coletivos e gerais, Ascher comenta que:

os indivíduos já não têm a sensação de compartilhar com outros indivíduos um grande número de interesses comuns, em diversos campos. Isto complica profundamente o funcionamento da democracia representativa que está precisamente fundamentada na capacidade de representar um grupo de eleitores entre duas eleições. Isto abala também aquelas organizações que pretendem integrar posições sobre os mais diversos assuntos em um mesmo conjunto ideológico ou programático. (ASCHER, 2004, p. 72).

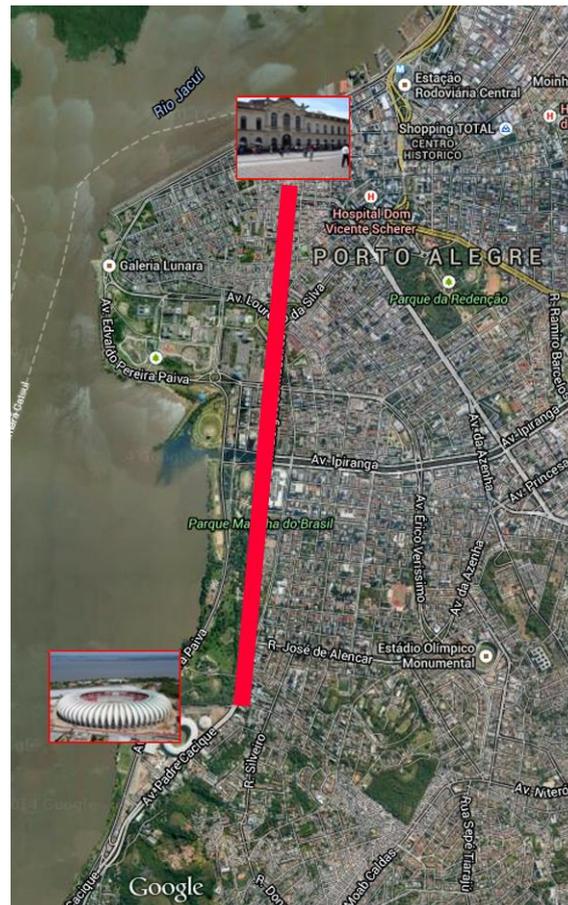
Desta forma, o acolhimento das novas dinâmicas sociais em território urbano implica uma convergência de ações considerando não somente o espaço disponível e as percepções que o cercam, como também, de forma significativa, novas possibilidades de gestão do espaço urbano.

3 CONCLUSÃO

Muitas praças descentralizadas persistem na cidade como potenciais espaços para exercício da cidadania. Entendendo cidadania como um valor individual, o sujeito na plenitude de seu exercício abandona a atitude contemplativa para agir na cidade, tal qual as praças que poderão transpor seu estágio de latência para tornarem-se lugares de interatividade. Questões relacionadas ao espaço público, em especial as praças e sua almejada ocupação não se encerram em um estudo, tampouco se associam à convicções generalizadas adaptáveis à contextos distintos e futuros controláveis. Momento em que a tecnologia e a ciência rapidamente desalojam descobertas recentes impõe-se um novo ritmo alinhado à flexibilidade e ação em contextos incertos. Ao mesmo tempo este cenário promove uma emancipação dos caminhos percorridos impulsionando a descoberta de novos percursos que conduzam à urbanidade. Em recente evento esportivo a cidade de Porto Alegre presenciou uma percepção urbana que desencadeou momentos de plena urbanidade. Esta percepção se efetivou através do empréstimo de um trecho exclusivo para circulação de veículos, aos moradores da cidade e grande número de visitantes. O desenho retilíneo de uma via ligando o Mercado Público ao palco do evento esportivo, o estádio Beira-Rio, acolheu ao longo de 3,5 quilômetros milhares de pessoas em clima festivo rumo ao estádio. O “Caminho do Gol” se efetivou através da EPTC (Empresa Pública de Transporte e Circulação) que percebeu no desenho urbano a possibilidade de unir duas edificações de outra forma diferente daquela convencionada como exclusiva para circulação de automóveis. A transgressão da função desdobrou-se em um percurso que abarcou a maioria das atividades da Copa do Mundo em Porto Alegre, como Fan Fest e Acampamento Farroupilha, além de apresentações de artistas de rua, shows

musicais e números circenses que animavam o trajeto. Desta forma, a Avenida Borges de Medeiros, ao longo de sua existência, esqueceu momentaneamente o fluxo de veículos para testemunhar a trajetória festiva de uma multidão que se apropriou de seu espaço transbordando urbanidade.

Figura 7: Caminho do Gol, Porto Alegre



Fonte: Montagem, Autora, 2014.

Figura 8: Caminho do Gol, Porto Alegre.



Fonte: http://espn.uol.com.br/noticia/419150_2014.

De maneira surpreendente, esta via tornou-se o lugar do encontro, da troca entre as pessoas e, ainda que de forma efêmera, o simbolismo da praça esteve presente neste espaço e neste momento. E, que sejam bem vindas as **praças-itinerantes**, confirmando



a relevância do constante exercício de repensar e transformar a cidade que aqui está. A palavra itinerante alinha-se ao que muda de lugar onde exerce sua atividade, ao caminho, ao trajeto, ao percurso, ao movimento. A apropriação de um espaço inusitado para confraternizar, celebrar o encontro, inspira novas percepções do ambiente construído além de permitir a renovação da certeza de que existem muitos espaços na cidade que são potenciais lugares de convívio. Esta ação em terreno urbano está alicerçada no movimento, na instantaneidade, no efêmero, e, seria possível inferir que a ação está em consonância com o atual momento da sociedade. As constantes inovações nas áreas de tecnologia e ciência deflagram um inerente rebatimento nas questões comportamentais que se encontram em contínuo processo de mutação para ajustar-se ao novo. Desta forma, a apropriação de um espaço urbano e o conseqüente despertar de sua condição de lugar, implica a concentração do olhar e reflexão de maneira persistente nas práticas sociais. Esta experiência recente permite pensar que o quadro construído associado a uma convergência de ações e percepções está potencialmente imbuído de adaptabilidade. Considerando o grande número de praças que alinhavam a cidade e a grande população que elegeu o ambiente urbano para viver, é válido pensar que o resultado positivo constatado na releitura de um espaço da cidade possa manifestar-se na forma de convívio nas praças.



Referências

- ASCHER, François. Os Novos Princípios do Urbanismo (Publicado originalmente em 2001). Éditions de l'Aube, 2004 (édition de poche).
- CASTELLO, Lineu. A Percepção de Lugar. Repensando o Conceito de Lugar em Arquitetura-Urbanismo. Porto Alegre, RS: PROPAR / UFRGS, 2007. v. Único. 328 p.
- LEAR, Kathy. Ajude-nos a aprender. Manual de Treinamento em ABA. Disponível em: <
<http://www.autismo.psicologiaeciencia.com.br/wp-content/uploads/2012/07/Autismo-ajude-nos-a-aprender.pdf> Acesso em 24 fev. 2014.
- LE CORBUSIER. A Carta de Atenas. Estudos Urbanos. Hucitec/Edusp: São Paulo, 1993. Disponível em:
<http://monoskop.org/images/1/1a/Corbusier_Le_A_Carta_de_Atenas.pdf>. Acesso em 26 jul. 2014.
- LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MENEGAT, Rualdo (coordenador geral). Atlas Ambiental de Porto Alegre. Porto Alegre. Editora Universidade, 1998.
- PANERAI, Philippe. Análise Urbana. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2006.